



IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

IMPLICATIONS OF THE HISTORICAL-CULTURAL THEORY IN GEOGRAPHY TEACHING: A DEVELOPMENTAL PERSPECTIVE IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

IMPLICACIONES DE LA TEORÍA HISTÓRICO-CULTURAL EN LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA: UNA PERSPECTIVA DE DESARROLLO EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

Luciana Moraes Silva

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil,
luciana_moraess@hotmail.com

Fernando Luiz de Paula Santil

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil,
fernando.santil@ufu.br

Adriana Aparecida Rodrigues

Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, Paraná, Brasil,
drikarodrigues66@hotmail.com

Resumo: Este estudo evidencia as implicações da Teoria Histórico-Cultural no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco especial nos desafios enfrentados por educadores, muitos dos quais com formação em pedagogia, mas sem especialização específica em Geografia. Explora-se a importância de um ensino que vá além do currículo formal e contribua para a estruturação social e o desenvolvimento do psiquismo humano. A pesquisa se baseia em uma metodologia bibliográfica, ancorada nas teorias de Vygotsky e seus colaboradores, bem como na concepção materialista histórico-dialética de Marx. O estudo destaca que a incorporação da Teoria Histórico-Cultural pode levar a um aprendizado mais crítico e reflexivo em Geografia, influenciando positivamente o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, e promovendo uma educação geográfica mais significativa e contextualizada. Esse enfoque revela-se indispensável para compreender e abordar as complexidades do ensino de Geografia nos anos iniciais, sugerindo a necessidade de abordagens pedagógicas mais integradas e conscientes do contexto sociocultural e histórico das crianças nesta etapa da educação básica.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural; ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental; desenvolvimento humano.



Abstract: This study highlights the implications of the Historical-Cultural Theory in the teaching of Geography in the early years of elementary education, focusing particularly on the challenges faced by educators, many of whom are trained in pedagogy but lack specific specialization in Geography. It explores the importance of teaching beyond the formal curriculum and contributing to social structuring and human psychic development. The research is based on a bibliographic methodology, anchored in the theories of Vygotsky and his collaborators, as well as Marx's historical-dialectical materialist conception. The study underscores that incorporating Historical-Cultural Theory can lead to more critical and reflective learning in Geography, positively influencing the cognitive and social development of children, and promoting more meaningful and contextualized Geographical education. This approach is essential to understand and address the complexities of teaching Geography in the early years, suggesting the need for more integrated pedagogical approaches that are aware of the sociocultural and historical context of children at this stage of basic education.

Keywords: Historical-Cultural Theory; teaching of Geography in the early years of Elementary Education; human development.

Resumen: Este estudio destaca las implicaciones de la Teoría Histórico-Cultural en la enseñanza de la Geografía en los primeros años de la educación primaria, enfocándose especialmente en los desafíos enfrentados por los educadores, muchos de los cuales están formados en pedagogía pero sin una especialización específica en Geografía. Se explora la importancia de una enseñanza que vaya más allá del currículo formal y contribuya a la estructuración social y al desarrollo del psiquismo humano. La investigación se basa en una metodología bibliográfica, anclada en las teorías de Vygotsky y sus colaboradores, así como en la concepción materialista histórico-dialéctica de Marx. El estudio subraya que la incorporación de la Teoría Histórico-Cultural puede conducir a un aprendizaje más crítico y reflexivo en Geografía, influyendo positivamente en el desarrollo cognitivo y social de los niños, y promoviendo una educación geográfica más significativa y contextualizada. Este enfoque resulta indispensable para comprender y abordar las complejidades de la enseñanza de la Geografía en los primeros años, sugiriendo la necesidad de enfoques pedagógicos más integrados y conscientes del contexto sociocultural e histórico de los niños en esta etapa de la educación básica.

Palabras-clave: Teoría Histórico-Cultural; enseñanza de Geografía en los primeros años de la Educación Primaria; desarrollo humano.

Introdução

O ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental é marcado por diversos desafios, particularmente no que se refere à mediação de conhecimentos específicos da disciplina, na incorporação da alfabetização geográfica e na leitura, representação e interpretação de mapas como componentes essenciais do currículo. Um aspecto crítico é a formação dos educadores responsáveis por ministrar esta matéria nesta etapa da educação básica. Frequentemente, tais educadores possuem formação em pedagogia, que não inclui, devido à estrutura curricular do curso, uma especialização detalhada em conhecimentos geográficos. Essa lacuna na formação pedagógica pode impactar significativamente a potencialidade do ensino de Geografia nos anos iniciais.

Neste estudo, optou-se por designar o sujeito da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental como “criança” ao invés de “aluno” para enfatizar a especificidade da fase de desenvolvimento e as experiências únicas que caracterizam esta etapa da vida. Essa escolha reflete o entendimento de que a Geografia, conforme argumentado por Callai (2005), deve possibilitar à criança a interpretação do seu mundo, promovendo uma alfabetização geográfica que transcenda a leitura cartográfica e abrace uma compreensão mais ampla do espaço vivido. Este ponto de vista se aproxima das observações de Theves e Kaercher (2022), que reconhecem a criança como um ser ativo e criativo na interação com os espaços que habita. Nesta linha, Lopes (2013) ressalta que a compreensão geográfica contribui para a formação da identidade infantil, ajudando as crianças a entenderem seu lugar no mundo e a construir um senso de identidade e compreensão do ambiente ao seu redor.

É necessário pensar em uma ação pedagógica para os anos iniciais do Ensino Fundamental que proporcione um aprendizado significativo para a criança. Essa abordagem deve transcender os limites físicos da escola e refletir na estruturação social e no desenvolvimento psíquico humano, superando assim o modelo de ensino mecanizado e quantitativo, que frequentemente se limita a atender demandas mercadológicas, como a preparação para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da integração da Teoria Histórico-Cultural com o ensino de Geografia, enfatizando a formação de conceitos e a mediação significativa do conhecimento, que por sua vez possui uma relevância na formação humana integral.

A respeito da Teoria Histórico-Cultural, pontuamos que ela representa as concepções de Lev Semenovich Vygotski sobre “[...] o comportamento humano e a construção do psiquismo partindo das funções psicológicas superiores: dentre elas, pensamento, linguagem e

consciência.” (Godinho; Silva, 2021, p. 337). Suas ideias foram propagadas por intermédios de seus colaboradores, como Leontiev e Davydov, “[...] que o sucederam, e abriram caminhos e possibilidades para uma educação transformadora, com foco na formação plena do homem” (Bortolanza; Cunha; Corrêa, 2022, p. 80). Pautada na concepção materialista histórico dialética de Karl Marx, essa teoria se caracteriza por seu caráter crítico e reflexivo. Dentro deste arcabouço conceitual, o papel do educador é fundamental para a mediação significativa do conhecimento e para o desenvolvimento pleno do ser humano.

Em consonância com as ideias de Alves (2010), torna-se essencial refletir sobre a designação do profissional da educação envolvido neste processo. Assim, este estudo adota a terminologia “educador” ao invés de “professor”. Enquanto o “professor” pode ser percebido como um integrante de um sistema educacional mais amplo, primariamente focado na transmissão de conhecimentos específicos, o “educador” é visto como alguém que se compromete profundamente com o desenvolvimento integral da criança (Alves, 2010). Essa escolha reflete uma abordagem mais personalizada e menos burocrática da educação, na qual o educador não é visto apenas como um transmissor de conhecimento, mas como um mediador do conhecimento. Portanto, em consonância com a Teoria Histórico-Cultural, já que essa teoria sublinha a importância de uma prática pedagógica mediada que visa à formação de um ser social crítico e atuante, não se limitando à mera entrega de conteúdos, mas sim engajando-se numa jornada compartilhada de descoberta e crescimento entre educador e criança.

Nesse cenário, o presente estudo tem por finalidade demonstrar as implicações da Teoria Histórico-Cultural no ensino de Geografia, em específico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Partirmos do pressuposto de que as ações pedagógicas fundamentadas nessa Teoria Histórico-Cultural proporcionam um aprendizado dinâmico e construtivo, justamente por seu impacto no desenvolvimento humano, marcado pela criticidade e reflexão. Logo, este estudo se encontra-se subdividido em duas partes principais: a primeira foca nos desafios associados ao aprendizado de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Aqui, exploramos as dificuldades inerentes à assimilação de conceitos geográficos por crianças nesta fase de educação. A segunda destaca a abordagem de ensino desenvolvente que enfatiza a importância de entender os processos psicológicos das crianças para planejar ações didáticas coerentes. Estas ações visam desafiar e enriquecer a aprendizagem, estimulando o desenvolvimento cognitivo e facilitando a compreensão profunda dos conceitos geográficos.

Os desafios no aprendizado da Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Rubem Alves (2010), em sua reflexão sobre a natureza da educação e o papel dos “educadores” em contraste com a figura mais tradicional do “professor”, oferece uma perspectiva valiosa que pode ser aplicada ao ensino de Geografia nos anos iniciais. Ele observa:

Eu diria que *educadores* são como velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade” *sui generis*”, portador de um nome, também de uma “estória”, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer nesse espaço invisível e denso, que estabelece a dois. Espaço artesanal (Alves, 2010, p. 19).

Ao comparar os educadores a “velhas árvores”, sugerindo que eles são seres enraizados, com uma história e uma identidade próprias, esta metáfora ressalta a profundidade e a riqueza das experiências dos educadores, assim como a sua conexão única e pessoal com cada sujeito que aprende. Alves (2010, p. 19) vê a educação como um processo relacional e artesanal, ocorrendo em um espaço “invisível e denso”, onde o educador e educando se encontram de forma individual e significativa, enfatizando a necessidade de se engajar com as histórias e experiências únicas de cada um, reconhecendo sua singularidade.

Contrastando com esta visão, Alves (2010) também descreve a figura do professor tradicional:

Mas *professores* são habitantes de um mundo diferente, onde o “educador” pouco importa, pois o que interessa é um “crédito” cultural que o aluno adquire numa disciplina identificada por uma sigla, sendo que, para fins institucionais, nenhuma diferença faz aquele que a ministra, por isso mesmo professores são entidades “descartáveis”, da mesma forma como há canetas descartáveis, coadores de café descartáveis, copinhos descartáveis para café descartáveis. De educadores para professores realizamos o salto de pessoa para funções (Alves, 2010, p. 19).

A crítica à abordagem tradicional no ensino aponta para a desumanização e a mercantilização da educação. Logo, a relação pessoal e significativa entre educador e educando é frequentemente substituída por funções impessoais e institucionais, ressalta a necessidade de repensar as práticas educativas.

Desafiando o sistema educacional que reduz o ensino a um processo mecanizado e burocrático, defendemos uma abordagem mais personalizada e comprometida com o crescimento e desenvolvimento tanto das crianças quanto dos educadores. Esta perspectiva tem aproximações em alguma medida com a Teoria Histórico-Cultural, que enfatiza a

importância da interação social e cultural no desenvolvimento integral. Ela sugere que a educação efetiva ocorre quando há reconhecimento da individualidade e humanidade de educadores e educandos, promovendo um espaço para o crescimento e aprendizado mútuos.

Nesse contexto, ao nos voltarmos para a complexidade do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, percebemos a importância de um olhar crítico sobre a formação docente. A análise da profundidade e abrangência dessa formação é indispensável para entender os desafios e possibilidades educacionais nessa fase. Melo (2023) assinala que a responsabilidade pela didática e metodologia em Geografia, bem como em outras áreas do conhecimento, recai frequentemente sobre pedagogos. Essa realidade demanda uma abordagem pedagógica que transcenda a transmissão de conteúdos e se aprofunde na criação de experiências de aprendizagem significativas. Nas palavras do autor:

O Ensino de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, a didática e metodologia específica da área são de responsabilidade do profissional, geralmente pedagogo/pedagoga. Todavia, não apenas a Geografia. As demais áreas do conhecimento dispostas nos currículos (história, português, matemática, artes, educação física, ciências naturais) também devem ser ministradas por este/esta mesmo/mesma professor/professora, observando suas didáticas, metodologias e conteúdos específicos (Melo, 2023, p. 14).

A observação de Melo (2023) sobre a multiplicidade de responsabilidades atribuídas aos educadores nos anos iniciais do Ensino Fundamental ressalta um aspecto crítico no ensino de Geografia: a necessidade de uma formação docente abrangente e integrada. Esta realidade, na qual um único profissional deve abordar diversas áreas do conhecimento, incluindo geografia, implica desafios significativos, especialmente quando somados ao processo de alfabetização das crianças nesta faixa etária.

Assim, para efetivar um ensino de Geografia que seja ao mesmo tempo compreensivo e significativo, é essencial que os educadores possuam não apenas conhecimento específico da matéria, mas também habilidades didáticas adaptáveis a diferentes conteúdos. Ainda, a integração do ensino geográfico com o processo de alfabetização exige uma abordagem pedagógica que considere as peculiaridades do desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças. Enfrentar esses desafios exige uma reflexão profunda sobre as estratégias de ensino utilizadas e sobre a formação contínua dos educadores, para que possam abordar efetivamente as exigências da alfabetização e a introdução dos conhecimentos em Geografia, nos quais os conceitos fundamentais estão inseridos.

Diante dessa realidade multifacetada, o educador dos anos iniciais encara o desafio de articular uma prática pedagógica que responda à complexidade da sua formação e às

especificidades do ensino de Geografia. Isso implica em um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional e em uma abordagem que valorize tanto a interdisciplinaridade quanto a profundidade do conhecimento geográfico.

Além disso, enfrentamos desafios específicos no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente com relação à alfabetização cartográfica. Muitos estudantes nesta fase apresentam dificuldades para compreender mapas e conceitos espaciais. Morais, Lastória e Assolini (2017) evidenciam que a formação inicial e continuada dos educadores muitas vezes é insuficiente em relação à linguagem cartográfica. Eles observaram que, mesmo quando a formação inclui componentes de Geografia e Cartografia Escolar, isso nem sempre se traduz em uma familiaridade adequada com a ciência cartográfica e seu ensino. A escola frequentemente foca mais no ensino de Língua Portuguesa e Matemática, devido à avaliação de desempenho baseada nessas áreas, o que contribui para a menor atenção dada à Geografia e Cartografia nos currículos escolares.

Esta realidade evidencia a importância da abordagem de Vygotsky (2001) sobre a relevância da interação social e do contexto cultural no desenvolvimento do psiquismo das crianças. A alfabetização cartográfica, sendo um aspecto essencial do ensino de Geografia, requer o uso de recursos visuais e práticas interativas, como mapas simplificados e atividades de orientação, para facilitar a compreensão de conceitos espaciais.

Outro desafio no ensino de Geografia é fazer com que o conteúdo seja relevante e compreensível para as crianças. Isso envolve integrar a disciplina ao cotidiano delas, que segundo Ausubel, Novak e Hanesian (1980), a eficácia do ensino reside na habilidade de vincular novos conhecimentos aos conceitos já familiares às crianças, sublinhando a importância de um aprendizado que seja significativo e contextualizado com suas experiências diárias. Por exemplo, projetos que envolvam o mapeamento de bairros locais ou discussões sobre ambientes naturais e culturais próximos podem tornar a aprendizagem mais significativa. Estas atividades promovem uma compreensão prática da Geografia, ligando o conteúdo da sala de aula à vida real dos educandos. Tal abordagem permite a integração dos conteúdos geográficos com as vivências cotidianas, fomentando não apenas uma aprendizagem mais significativa, mas também estimulando a curiosidade intelectual e a compreensão crítica do mundo que os cerca.

A integração dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também suscita um debate crítico sobre sua efetivação na prática pedagógica. Enquanto a BNCC pretende contextualizar o ensino por meio dos TCTs, abordando a diversidade cultural, a consciência ambiental e a cidadania, por exemplo, há

preocupações sobre como estes temas são integrados ao currículo e à realidade da sala de aula. Há uma demanda por ações pedagógicas que concretizem esses temas; além disso, há a necessidade de reflexão crítica sobre as políticas públicas e a formação docente que sustentam tais práticas, para assegurar que os TCTs sejam mais do que meros enunciados normativos e se traduzam em aprendizado que enriqueça sua percepção global e a consciência cívica dos educandos, além de fomentar a curiosidade intelectual e o pensamento crítico.

Nesse direcionamento, Freire (1987) defende uma abordagem educacional que promova a conscientização e a reflexão crítica, argumentando que a educação deve transcender a mera transmissão de conhecimento, integrando-se às experiências vivenciais dos educandos. Contudo, a realidade curricular da Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, frequentemente restrita a poucas aulas semanais, pode também representar um obstáculo significativo. O tempo limitado em sala de aula desafia os educadores a desenvolverem uma pedagogia sensível às necessidades e perspectivas infantis, muitas vezes impedindo que o processo de ensino-aprendizagem em Geografia seja efetivado plenamente, resultando em um ensino que nem sempre atende às expectativas pedagógicas.

Complementando essas ideias, observa-se também que é indispensável considerar as crianças como agentes ativos na formação de seu ambiente, desafiando a visão tradicional de sua passividade no espaço geográfico, conforme apontam Lopes e Costa (2017). Esses autores observam a escassez de estudos na geografia brasileira focados na vivência e perspectiva das crianças, tanto em ambientes urbanos quanto rurais e sublinham a necessidade de abordagens interdisciplinares para entender melhor as experiências e percepções das crianças sobre o espaço. Para Lopes e Costa (2017), o ambiente físico e social exerce uma influência profunda na infância, afetando tanto o desenvolvimento quanto as experiências diárias das crianças. Nesse sentido, é importante abordar metodologias apropriadas para a pesquisa com crianças na Geografia, destacando a importância de técnicas sensíveis à idade e ao desenvolvimento, considerando-as como parte integral do espaço social.

Ao enfatizar a importância de metodologias pedagógicas adaptáveis e interdisciplinares na Geografia, esses princípios se tornam ainda mais pertinentes ao considerar os desafios de alfabetização. Soares (2021) complementa esta visão enfatizando a necessidade de integrar a aprendizagem do sistema alfabético com a interpretação contextual em textos geográficos. Esses desafios são exacerbados pelo foco do processo de alfabetização brasileiro na fonética, resultando em dificuldades para as crianças em interpretar textos geográficos. Na realidade é necessário situar “[...] no texto a aprendizagem do sistema alfabético de que as crianças precisam apropriar-se para que se tornem capazes, eles também,

de ler e escrever textos” (Soares, 2021, p. 33). É necessário ir além da leitura e escrita mecanizada. O fato é que,

A exposição do texto não esgota, em toda a sua complexidade, a análise das particularidades implicadas na estrutura e dinâmica da aquisição da escrita; não obstante, permite-nos pontuar questões que julgamos relevantes para a orientação do ensino escolar voltado à escritura. A primeira diz respeito ao fato de que a escrita é um processo altamente complexo que demanda da criança o autocontrole do próprio comportamento. Esse autocontrole resulta da complexificação das funções psíquicas, subjugando-se a internalização de signos que, por seu turno, identifica-se com o universo simbólico disponibilizado à apropriação pela criança. Como esse processo não se institui natural e espontaneamente, ofertar condições para que ocorra deve se impor como objetivo nuclear da educação escolar das crianças pequenas. A segunda questão se refere ao fato de que, na escrita, a criança precisa ter consciência da estrutura sonora da palavra, desmembrá-la e restaurá-la voluntariamente nos sinais escritos. Se na apropriação da linguagem oral o grande desafio da criança é compreender que cada palavra designa um objeto, na escrita ela precisa compreender que para cada palavra existe uma representação gráfica, que condiciona, inclusive, o seu significado (Franco; Martins, 2021, p. 161-162).

A partir dessa afirmativa, frisamos que não se trata de utilizar qualquer gênero textual, mas textos carregados de significado, justamente por sua abrangência no desenvolvimento humano, em específico no desenvolvimento das funções psicológicas superiores¹ do indivíduo. Sobre as funções psicológicas superiores, apontamos que,

[...] o desenvolvimento da conduta da criança deve ser entendido como uma série de transformações que ocorrem devido à influência crescente do ambiente cultural, ao aparecimento constante de criações culturais e habilidades novas, cada uma das quais envolve uma mudança da estrutura da conduta da criança e de suas funções psicológicas. Desse modo, [...], as funções psicológicas superiores, por serem formas de adaptação cultural por parte da criança, são mais dependentes das condições do ambiente – que guarda suas marcas sócio-históricas – no qual ela está inserida do que propriamente de fatores constitucionais (Tuleski; Chaves; Barroco, 2012, p. 29).

Dessa maneira, o desenvolvimento do processo da linguagem² e da escrita³ devem ser mediados, por um viés crítico e reflexivo, por desdobrar ativamente na prática social da

¹ “[...] o conceito de funções psicológicas superiores inclui a combinação complexa de atividades simbólicas e práticas, a correlação nova de funções, característica única do intelecto prático do homem, e a unidade nova que agrega o todo heterogêneo de funções antes elementares e primitivas” (Tuleski; Chaves; Barroco, 2012, p. 33).

² Para Vygotsky (1995 *apud* Dangió; Martins, 2015, p. 211), “[...] o desenvolvimento da linguagem representa, antes de tudo, a história da formação de uma das funções mais importantes do desenvolvimento cultural, na medida em que sintetiza o acúmulo da experiência social da humanidade

criança, “[...] agindo e interagindo com as significações e conhecimentos sistematizados historicamente, num processo humanizador que requalifica o psiquismo, fazendo-o alçar patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento” (Dangió; Martins, 2015, p. 213).

Logo,

Tal como seria artificial (e impossível) pretender levar a criança a adquirir a fala ensinando-a a pronunciar fonemas e reuni-los em sílabas, estas em palavras, para enfim chegar a textos que a habilitassem levar a criança a aprender a leitura e a escrita desligadas de seu uso, ensinando-a a reconhecer e traçar letras, relacioná-las a seu valor sonoro, juntá-las em sílabas, estas em palavras, para enfim ler e escrever textos, tornando-a capaz de inserir-se no mundo da escrita [...] (Soares, 2021, p. 35).

É perceptível que essa metodologia de ensino tem como centralidade a formação de conceitos. Portanto, não basta decodificar, é preciso adquirir um repertório cultural a partir de gêneros textuais ricos e diversificados, como poesias, literatura, teatro, música, pintura, cantigas, parlendas, que enriquecem e diversificam a experiência de aprendizagem. Esse encaminhamento metodológico deve ser integrado ao processo de ensino e aprendizagem como um todo, transcendendo os limites da disciplina de Língua Portuguesa. No contexto do ensino de Geografia, por exemplo, compreender o significado e os conceitos das palavras permite que o aprendiz adquira uma dimensão totalizadora, conectando o educando de maneira mais significativa com o conteúdo estudado.

10

Nesse patamar, um elemento essencial é o planejamento, que, sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, deve considerar o destinatário da ação educativa, ou seja, a criança que irá se envolver na atividade. Não basta transmitir conhecimento, é necessário mediar o conhecimento científico de forma que promova o desenvolvimento crítico e reflexivo nos sujeitos envolvidos na aprendizagem. Este direcionamento será abordado no próximo segmento do estudo.

O Ensino Desenvolvente da Teoria Histórico-Cultural na Geografia

O ensino desenvolvente, ancorado na Teoria Histórico-Cultural, tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, abrangendo capacidades cognitivas, afetivas e sociais (Pasqualini; Martins, 2020). Tem como foco a criação de situações de aprendizagem que

e os mais decisivos saltos qualitativos dos indivíduos, tanto do ponto de vista filogenético quanto do ontogenético”.

³ “[...] um sistema especial de símbolos e signos cujo domínio significa uma mudança crítica em todo o desenvolvimento cultural da criança” (Vygotsky, 1995 *apud* Dangió; Martins, 2015, p. 211).

permitam aos educandos apropriarem-se dos conhecimentos social e historicamente construídos.

Essa abordagem é pautada na mediação, no desenvolvimento da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)⁴ e na participação ativa na aprendizagem. Segundo Pasqualini e Martins (2020, p. 442): “Trata-se, a grosso modo, da distinção entre conteúdos que são diretamente ensinados e aprendidos pelas crianças em seus conteúdos conceituais, e conhecimentos que, indiretamente, fundamentam a ação do professor em suas intervenções educativas desenvolventes”. O intuito é assegurar que a aprendizagem esteja intrinsecamente ligada ao significado do conhecimento científico, gerando um valor pedagógico que transcenda as exigências curriculares da educação básica impostas como força legal organizativa na BNCC. Essa abordagem pode ser aplicada em todos os níveis de ensino, da educação infantil à superior, destacando a importância de uma formação docente adequada para a criação de situações de aprendizagem construtivas para o desenvolvimento dos educandos.

A Teoria Histórico-Cultural elucida um aspecto que é basal para docentes, ao ponderar “[...] a aprendizagem como uma atividade humana e de caráter coletivo e não só de realização individual, onde a interação com as outras pessoas por meio da colaboração e comunicação é fundamental para que haja aprendizagem.” (Buque, 2014, p. 198). Por se tratar de uma atividade humana, deve ser significativa, atrelada ao meio social. Essa perspectiva sugere que o ensino de Geografia deve transcender a simples transmissão de conhecimentos, propondo métodos de ensino que desenvolvam as capacidades intelectuais e práticas dos educandos.

Nesse cenário, o aprendizado do conhecimento geográfico, relacionado ao contexto social, e, conseqüentemente, aos interesses políticos e econômicos, interferem no que e como aprender. Dessa maneira, “[...] o processo de internalização de conceitos científicos básicos da geografia é papel da escola e que o seu ensino auxilia no desenvolvimento do pensamento espacial por parte dos alunos (Buque, 2014, p. 204). Esse processo deve ser mediado por uma atividade guia, que se refere

4 A ZPD é um conceito desenvolvido por Vygotsky e refere-se à diferença entre o que uma criança pode fazer de forma independente e o que ela pode fazer com a ajuda de um adulto ou de um par mais capaz. Em outras palavras, é a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e o nível potencial de desenvolvimento, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de alguém ou em colaboração com pares mais capazes. Esse conceito desempenha um papel fundamental na compreensão de como as crianças aprendem em contextos sociais.

[...] a atividade propulsora de desenvolvimento humano, ao transformar a conduta elementar da criança em conduta superior. Pela atividade produtiva de estudo, a criança apropria-se dos conhecimentos, das aptidões e das características especificamente humanas. Só vivendo em sociedade, ela constitui-se como ser humano sendo o que herda geneticamente insuficiente para sua humanização. Nessa direção, a atividade se constitui para além da ação direta e responsiva da criança aprendiz, um caminho que precisa ser organizado complexamente para que ela possa realizar as transformações internas em função da atividade externa com objetos e pessoas, passa pela linguagem como instrumento sógnico. (Bortolanza; Cunha; Corrêa, 2022, p. 85).

A citação de Bortolanza, Cunha e Corrêa (2022) pode ser interpretada como um forte argumento a favor da necessidade de uma abordagem educacional na Geografia que vai além do tradicional ensino de fatos e conteúdos. Eles enfatizam a importância de atividades que promovam o desenvolvimento humano integral, transformando o aprendizado básico em um conhecimento mais profundo e aplicável. Isso implica em atividades de aprendizagem que sejam interativas, sociais e que promovam a apropriação de conhecimentos e habilidades de maneira significativa e contextualizada.

A partir dessas afirmativas, elucidamos que a Teoria Histórico-Cultural ao direcionar um entendimento do desenvolvimento humano, possibilita um olhar crítico e reflexivo acerca do ensino da disciplina de Geografia, em específico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, Melo (2023) destaca a importância da formação continuada dos educadores no ensino de geografia, enfatizando que a compreensão e encaminhamento da Teoria Histórico-Cultural são essenciais para um ensino mais efetivo e significativo nessa etapa da educação básica. Assim, as práticas pedagógicas em Geografia devem ir além da mera transmissão de conhecimentos, incorporando estratégias que promovam a construção coletiva do saber, alinhadas com os princípios dessa teoria.

Melo (2023) argumenta que, para um ensino de geografia significativo, é necessário que as atividades pedagógicas sejam planejadas de forma a refletir as realidades sociais e culturais dos educandos, um aspecto central da Teoria Hstórico-Cultural. Logo, tem que se levar em consideração a complexidade que envolve esse processo, tanto na aprendizagem, como no processo de ensinar, haja vista que o planejamento docente implica em pensar em tarefas capazes de “[...] promover o máximo desenvolvimento da criança pré-escolar apoiando-se na atividade dominante do período, [...], mas ao mesmo tempo considerando as premissas para o salto ao novo período de desenvolvimento, o vir a ser do psiquismo infantil [...]” (Pasqualini, 2013, p. 95). Esta abordagem é reforçada por Libâneo (2016),

A atividade criativa do professor consiste, precisamente, em atuar em processos de transformação interna dos alunos, ampliando e formando novas ações mentais, uma vez que é por meio delas que uma pessoa lida com os conhecimentos, habilidades, valores, e conquista seu autodomínio (Libâneo, 2016, p. 366).

O desenvolvimento dessa técnica cultural, deve ser sistematizada no ambiente escolar e redirecionada nas funções psicológicas do aprendiz, para ter de fato um significado para a criança. Dessa maneira, “No trabalho pedagógico, o educador munido deste conhecimento organizará atividades que alternem o trabalho com os campos semânticos [...]” (Franco; Martins, 2021, p. 138), fazendo uso de recursos que possibilite a construção de conceitos por parte da criança e, conseqüentemente, desenvolver um processo de alfabetização crítico e reflexivo.

Faz-se necessário que o docente saiba reconhecer em seu destinatário as características que guiam seu desenvolvimento psíquico, ou seja, qual a atividade-guia que predomina e que irá proporcionar a aprendizagem. Caso contrário, de nada adiantará desenvolver sucessivas atividades, pois, essas poderão estar apenas repetindo algo que a criança já sabe, sem contudo lançar seu desenvolvimento para patamares superiores, conforme pondera Pasqualini (2013):

Em cada momento particular do desenvolvimento, determinadas atividades desempenham, um papel essencial, enquanto outras, desempenham um papel secundário e subordinado. Em cada período do desenvolvimento uma determinada atividade se mostra *dominante*. A atividade dominante reorganiza e forma processos psíquicos, gera novos tipos de atividade e dela dependem as principais mudanças psicológicas que caracterizam o período [...]. Em última instância podemos dizer que em cada período do desenvolvimento uma atividade diferente guia o desenvolvimento psíquico (Pasqualini, 2013, p. 77).

Essa compreensão lança algumas implicações para o planejamento da atividade, pois o primeiro passo é conhecer sobre o desenvolvimento da criança e como se dá esse processo e o segundo é buscar estratégias para intervir nos momentos de crise, de saltos ou retrocessos, levando em conta que o desenvolvimento não é estático mas está sempre em movimento e que a aprendizagem só ocorre se mobilizar as funções psíquicas por meio do desafio. Nesse sentido, deve ser organizado uma metodologia de planejamento que proporcione essa reflexão e a consideração desses aspectos, a fim de desenvolver de fato um processo de conhecimento desenvolvente.

Marino Filho; Mello (2022) discutem a complexidade do ato educativo no contexto do ensino desenvolvente, enfatizando a importância da autoformação da personalidade e da

liberdade consciente dos sujeitos no processo educacional. Desta forma, o ensino desenvolvente deve respeitar e fomentar o auto movimento criativo dos sujeitos, propondo condições que permitam o desenvolvimento de funções psicológicas superiores e uma relação ativa com o mundo. Assim, o principal desafio do ato educativo reside na necessidade de fomentar a autonomia criativa das crianças, exigindo dos educadores uma constante adaptação de suas metodologias para abraçar a complexidade do ensino e da aprendizagem.

Nesta conjuntura, ao aplicar esses princípios ao ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é fundamental integrar a Teoria Histórico-Cultural de forma a respeitar e cultivar a autonomia e o desenvolvimento intelectual das crianças. Isso implica em adotar estratégias pedagógicas que não apenas transmitam conhecimento geográfico, mas que também incentivem os estudantes a explorar, questionar e conectar esse conhecimento com suas próprias experiências e percepções do mundo.

No contexto da Teoria Histórico-Cultural, o ensino de Geografia nos anos iniciais deve focar no desenvolvimento das habilidades espaciais e temporais dos educandos. Esta abordagem não apenas aprimora a percepção espacial, mas também ajuda na compreensão do tempo e da história, elementos fundamentais no desenvolvimento cognitivo infantil. A Geografia, assim, torna-se um meio eficaz para as crianças explorarem e compreenderem seu ambiente, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento integral.

O ensino de Geografia deve também integrar experiências locais com uma compreensão global, fornecendo uma perspectiva equilibrada e ampla do mundo, permitindo que os educandos compreendam como suas experiências locais se conectam com questões globais, incentivando uma consciência mais profunda sobre a diversidade cultural e ambiental. A Geografia nos anos iniciais torna-se um campo fértil para cultivar habilidades analíticas e uma consciência crítica nas crianças.

Somado a esses apontamentos, a incorporação de tecnologias digitais, como mapas interativos e realidade aumentada, oferece novas dimensões ao ensino de Geografia. Estas ferramentas não apenas capturam a imaginação das crianças, mas também facilitam uma compreensão mais profunda de conceitos geográficos. Elas alinham-se com os princípios da Teoria Histórico-Cultural ao permitir uma exploração mais interativa e contextualizada do espaço geográfico, tornando o aprendizado mais envolvente e significativo. Porém, embora essa ação seja promissora, confronta-se com a realidade da infraestrutura das escolas públicas brasileiras, pois essa abordagem inovadora requer investimentos significativos em equipamentos e treinamento, algo que nem sempre é viável em muitas escolas públicas do país. Portanto, é necessário considerar a disparidade no acesso a esses recursos tecnológicos

ao planejar currículos de Geografia que sejam inclusivos e coerentes para todos os contextos educacionais

Diante desse panorama, integrar a Geografia com outras disciplinas, como História, ciências sociais e ambientais, enriquece o processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem interdisciplinar, respaldada pela Teoria Histórico-Cultural, promove uma compreensão holística do mundo, por meio da qual as crianças veem a Geografia como interconectada com outros campos de estudo. Isso facilita uma aprendizagem mais integrada e significativa, preparando-as para entenderem e responderem às complexidades do mundo moderno.

Considerações finais

Diante do apresentado ao longo do estudo, que tem como objetivo demonstrar as implicações da Teoria Histórico-Cultural no ensino de Geografia, especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apontamos que o processo de ensino pautado nessa teoria acarreta em um aprendizado desenvolvnte, em sua amplitude humana.

O ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental vai além de seguir os parâmetros do currículo oficial; deve ser entendido em sua magnitude, por estar conectado ao contexto socioeconômico, político e cultural, e refletir no desenvolvimento do psiquismo infantil. Logo, por tratar-se de um processo complexo, que envolve o conhecimento geográfico de maneira consciente e relacionado ao processo de humanização, a Geografia deve ser mediada a partir de ações pedagógicas planejadas e escolhas didáticas conscientes.

Considerando o ensino desenvolvnte, fundamentado no conhecimento do processo psicológico para planejar ações didáticas que desafiem a aprendizagem, enfatizamos a importância de mobilizar novos processos cognitivos e impulsionar uma compreensão mais profunda e significativa do conhecimento geográfico, conectando as crianças com o mundo ao seu redor de maneira crítica, criativa e reflexiva.

Não é suficiente apenas ensinar os conteúdos do currículo oficial; é essencial reconhecer que, por trás de cada criança, há um ser humano que vive em sociedade e é um agente histórico, participando ativamente nas relações sociais estabelecidas.

A efetiva implementação da Teoria Histórico-Cultural no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, portanto, exige um foco renovado na formação e no desenvolvimento profissional contínuo. É fundamental que os educadores estejam equipados com as competências e a compreensão necessárias para encaminhar propostas didáticas que promovam um aprendizado significativo e contextualizado. Assim, em constante capacitação,

estarão aptos para orientar as crianças não apenas na aquisição de conhecimentos geográficos, mas também no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e sociais, essenciais para se tornarem sujeitos conscientes e ativos com a sociedade e com o espaço que os rodeia.

Referências

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 jan. 2024

AUSUBEL, David. Paul; NOVAK, Joseph. Donald; HANESIAN, Helen. *Psicologia educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BORTOLANZA, Ana Maria Esteves; CUNHA, Neire Márcia da; CORRÊA, Cintia. O desenvolvimento da criança e a atividade de estudo nos anos iniciais do ensino fundamental: estudo teórico. *Educ. Anál.*, Londrina, v. 7, n. 1, p.78-99, jan./jul. 2022.

BUQUE, Suzete Lourenço. A contribuição da teoria histórico cultural para o ensino da disciplina de geografia. *Revista de Geografia (UFPE)*, v. 31, n. 1, p. 197-205, 2014.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2023.

DANGIÓ, Meire dos Santos; MARTINS, Lígia Márcia. A concepção histórico-cultural de alfabetização. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 210-220, jan. 2015.

FRANCO, Adriana de Fátima; MARTINS, Lígia Márcia. *Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)*. Goiânia-GO: Phillos Academy, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODINHO, Jones; SILVA, Iolete Ribeiro da. Teoria histórico-cultural e suas contribuições para o ensino de geografia na Amazônia. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 45, p. 335-342, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. A teoria do ensino para o desenvolvimento humano e o planejamento de ensino. *Educativa*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 353-387, maio/ago. 2016.

LOPES, Jader Janer Moreira. A “natureza” geográfica do desenvolvimento humano: diálogos com a teoria histórico-cultural. In: TUNES, Elisabeth (org.). *O fio tenso que une a psicologia à educação*. Brasília: UniCEUB, 2013. p. 125-136. Disponível em:

https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/4409/4/Web%20O%20FIO%20TENSO%20QUE%20UNE%20A%20PSICOLOGIA%20C3%80%20EDUCA%20C3%87%20C3%83O_Elizabeth%20Tunes.pdf Acesso em: 06 out. 2023.

LOPES, Jader Janer Moreira. COSTA, Bruno Muniz Figueiredo. Geografia da Infância: Onde Encontramos as Crianças? *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Edição Especial, p. 101-118, 2017.

MARINO FILHO, Armando.; MELLO, Suely Amaral. Possibilidades e limites do ato educativo para o ensino desenvolvente: a autoformação da personalidade como expressão da liberdade consciente. *Revista Educativa - Revista de Educação*, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 1-25, 2022.

MELO, Jaqueline dos Santos. *O ensino de geografia nos anos iniciais: panorama, desafios e possibilidades*. 2023. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

MORAIS, Carla Costa de; LASTÓRIA, Andrea Coelho; ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva. O letramento cartográfico nos anos iniciais do ensino fundamental. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 36–50, 2017. DOI: 10.5216/ag.v11i2.40126. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/40126>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Ligia Márcio. Currículo por campos de experiência na educação infantil: ainda é possível preservar o ensino desenvolvente? *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 425–447, 2020.

PASQUALINI, Juliana Campregher. Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. p. 71-97.

SOARES, Magda. *Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2021.

THEVES, Denise Widner; KAERCHER, Nestor André. A Geografia nos anos iniciais: olhando longe para ver mais, chegando perto para ver melhor. *Ensino em Re-Vista*, [S. l.], v. 29, n. Contínua, p. 01-22, 2022. DOI: 10.14393/ER-v29a2022-25. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/66114>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Implicações da Teoria Histórico-Cultural no ensino de Geografia

Silva, Luciana Moraes; Santil, Fernando Luis de Paula; Rodrigues, Adriana Aparecida

TULESKI, Silvana Calvo; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima. Aquisição da linguagem escrita e intervenções pedagógicas: uma abordagem histórico-cultural. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 24, n. 1, p. 27-44, jan./abr. 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. [S.l.]: Ed Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7630412/mod_resource/content/1/pensamentolingua%20gem.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

Luciana Moraes Silva

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR (PGE/UEM). Docente do curso de Pedagogia no Centro Universitário UniFatecie.

Endereço profissional: BR-376 Km 102 Saída p/ Nova Londrina - Chácara Jaraguá, Paranaíba – PR. CEP: 87.701-000.

Email: luciana_moraess@hotmail.com

Fernando Luiz de Paula Santil

Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Docente adjunto no Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da Universidade Federal de Uberlândia/ Campus de Monte Carmelo (MG) e Colaborador no PGE/UEM de Maringá-PR.

Endereço profissional: Rodovia LMG 746, km 01 Trevo, Monte Carmelo, MG. CEP: 38.500-000

Email: fernando.santil@ufu.br

Adriana Aparecida Rodrigues

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-PR. Docente no curso de Pedagogia no Centro Universitário UniFatecie e na Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranaíba (UNESPAR).

Endereço profissional: Avenida Gabriel Esperidião, S/n - Jardim Morumbi, Paranaíba – PR. CEP: 87703-000.

Email: drikarodrigues66@hotmail.com

Recebido para publicação em 13 de dezembro de 2023.

Aprovado para publicação em 31 de janeiro de 2024.

Publicado em 09 de fevereiro de 2024.